



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 10 matérias

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 22 de junho de 2011

| | |
|---|----|
| O ESTADO DE SÃO PAULO QUEDA NAS VENDAS LEVA MONTADORAS AO GOVERNO 1 VEICULAÇÃO NACIONAL | 1 |
| O ESTADO DE SÃO PAULO UE E EUA PROPÕEM CONGELAR TARIFAS DE IMPORTAÇÃO..... 2 VEICULAÇÃO NACIONAL | 2 |
| FOLHA DE SÃO PAULO CAPITAL DE RISCO DEVE CRESCER 25% EM 2011 3 VEICULAÇÃO NACIONAL | 3 |
| FOLHA DE SÃO PAULO VINICIUS TORRES FREIRE 4 VEICULAÇÃO NACIONAL | 4 |
| VALOR ECONÔMICO CHINA E RÚSSIA SE APROXIMAM DOS PAÍSES RICOS NOS SUBSÍDIOS 5 VEICULAÇÃO NACIONAL | 5 |
| VALOR ECONÔMICO ‘BRASIL, A NOVA FAZENDA DO MUNDO’ 7 VEICULAÇÃO NACIONAL | 7 |
| VALOR ECONÔMICO DESEMBOLSO TOTAL DO BNDES RECUA, MAS CRESCE PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS 8 VEICULAÇÃO NACIONAL | 8 |
| CORREIO BRAZILIENSE CENTRO-OESTE QUER EVITAR PERDA DE ICMS 9 VEICULAÇÃO NACIONAL | 9 |
| AMAZONAS NOTÍCIAS Amazonas registra terceira maior alta do emprego na história 11 COLUNAS VEICULAÇÃO NACIONAL | 11 |
| PORTAL A CRÍTICA Deputado federal diz que falta ambiente competitivo na ZFM 12 VEICULAÇÃO NACIONAL | 12 |

| | | | |
|--|--|-------------------------|------------------------|
|  | VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO | EDITORIA | |
| | TÍTULO QUEDA NAS VENDAS LEVA MONTADORAS AO GOVERNO | | |
| | ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL |

Presidente da Anfavea diz ao ministro Mantega que medidas de contenção do consumo deram resultado e pede que novas medidas não sejam adotadas

Renata Veríssimo / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

As montadoras querem que o governo evite a adoção de novas medidas de contenção do consumo. O apelo foi feito ontem pelo presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Cledorvino Belini, ao ministro da Fazenda, Guido Mantega. Segundo o executivo, a menor oferta de crédito e a desaceleração da economia este ano já reduziram o ritmo de vendas do setor.

"Viemos mostrar a ele (Mantega) que as medidas adotadas em dezembro passado estão dando efeito no **mercado**. O ritmo de crescimento do nosso setor está diminuindo", afirmou Belini. "Queremos que, pelo menos, não coloquem mais medidas."

No fim do ano passado, o Banco Central adotou um pacote de medidas - chamadas de macroprudenciais - para segurar a inflação e reduzir o ritmo de expansão da economia. Houve a elevação do volume de dinheiro que os bancos precisam manter no BC, o que reduziu o dinheiro em circulação, e aumentou a exigência de capital das instituições financeiras para empréstimos.

Segundo Belini, que integrava uma caravana de dez carros com diretores e assessores da Anfavea, o crescimento do setor deixará de ser de dois dígitos em 2011. A previsão é que as vendas de automóveis cresçam 5% em relação a 2010. "Na **produção**, talvez não seja isso. Não se sabe ainda porque tem muito aumento dos **importados**."

O ritmo das vendas continua em queda. Segundo dados apurados pela Agência Estado, até ontem foram emplacados em todo o País 195.264 veículos, nacionais e **importados** - média diária de 13.947 unidades, considerando os 14 dias úteis do período. Os números indicam um recuo de 3,7% em relação à média de vendas diárias em maio, que foi de 14.482 veículos. Em abril, esse número era ainda maior: 15.220 unidades vendidas por dia.

Apesar da desaceleração, o aumento ainda é expressivo porque a base de comparação é forte. No primeiro trimestre de 2010, as vendas foram elevadas porque o consumidor antecipou as compras para aproveitar os últimos meses de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que voltou ao nível normal em abril do ano passado.

"O mês não fechou ainda. Não dá pra fazer qualquer julgamento porque no fim do mês ocorrem muitas promoções que podem melhorar as vendas. Esperamos que melhore", disse Belini. Ele lembrou que o setor contribui com 23% do Produto Interno Bruto (**PIB**) industrial e com 5% do índice de crescimento da economia nacional. "São cerca de 200 mil empresas ligadas ao nosso setor e mais de 1,5 milhão de pessoas em toda a cadeia produtiva."

COLABOROU SILVANA MAUTONE

| | | | |
|--|---|------------------------|--|
|  | VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO | EDITORIA | |
| | TÍTULO UE E EUA PROPÕEM CONGELAR TARIFAS DE <u>IMPORTAÇÃO</u> | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

Medida direcionada principalmente para Brasil, Índia e China seria uma forma de evitar que os países recorressem a mecanismos protecionistas

Jamil Chade - O Estado de S.Paulo

CORRESPONDENTE / GENEBRA

União Europeia e Estados Unidos propõem que todos os países emergentes, além dos ricos, congelem as tarifas de importação por tempo indeterminado como forma de barrar a "tentação protecionista".

A proposta está sendo feita depois que ficou claro para a comunidade internacional que a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) não será concluída no curto ou médio prazos. Ontem, o diretor-geral da entidade, Pascal Lamy, confirmou que a pressão protecionista no mundo cresce de forma perigosa.

Sem conseguir um acordo para liberalizar o comércio nos países emergentes como Brasil, China e Índia, os governos de EUA e UE querem pelo menos que essas três grandes economias se comprometam a não mais elevar as tarifas de importação.

A proposta teria um efeito direto sobre o governo brasileiro, que nos últimos meses tem usado justamente brechas nas regras do comércio para permitir uma elevação das tarifas de importação em setores considerados sensíveis, como o de aço. Isso sem violar as regras internacionais.

Hoje, o Brasil pratica uma tarifa de importação média de 12,5%. Mas, por direito, poderia elevar qualquer uma de suas tarifas para 35%, a taxa máxima autorizada de acordo com os compromissos internacionais do governo. Diante de uma moeda valorizada e um mercado doméstico em expansão, a elevação de tarifas passou a ser usada pelo Brasil.

Uma série de outros países emergentes também usam desse mecanismo para regular as importações, sempre dentro da lei.

A proposta foi anunciada ontem, depois de um encontro, em Washington, entre o comissário de Comércio europeu, Karel De Gucht, e o representante de Comércio americano, Ron Kirk.

A ideia dos dois gigantes do comércio é de que a proposta seja debatida no G-20 e aprovada na OMC em dezembro. "Sem a Rodada Doha, há um risco real de vermos um aumento do protecionismo", disse De Gucht.

A ideia da autoridade europeia é de que o congelamento das tarifas permitiria pelo menos a manutenção do status quo até o final de 2012, quando as eleições presidenciais americanas estariam concluídas e uma nova oportunidade poderia ser dada para a Rodada Doha.

| | | | |
|--|--|------------------------|--|
|  | VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO | EDITORIA | |
| | TÍTULO CAPITAL DE RISCO DEVE CRESCER 25% EM 2011 | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

Indústria de investimentos pode alcançar R\$ 73,6 bilhões neste ano no país; otimistas estimam até R\$ 88 bilhões

Participação do setor como porcentagem do PIB ainda é inferior à média mundial e revela pouca maturidade
CAMILA FUSCO

DE SÃO PAULO

Os recursos captados por fundos de capital de risco ("venture capital") e de participação de empresas ("private equity") deverão crescer pelo menos 25% em 2011.

Com isso, a indústria de investimentos deve chegar a US\$ 46 bilhões (R\$ 73,6 bilhões) no Brasil, com alta de 28% sobre 2009.

Segundo dados da pesquisa da FGV-SP encomendada pela ABDI (Agência Brasileira de **Desenvolvimento** Industrial), em 2009 foram levantados US\$ 6,1 bilhões, ou R\$ 9,7 bilhões.

Para este ano, existe a possibilidade de o volume chegar a US\$ 10,1 bilhões (R\$ 16,1 bilhões).

"Já existe espaço na economia brasileira para esse nível de captação anual de 25%", diz Claudio Furtado, do Centro de Estudos em Private Equity da FGV-SP.

Outras fontes ligadas ao setor são ainda mais otimistas e estimam que o total de recursos de fundos disponíveis na economia possa atingir R\$ 88 bilhões neste ano.

As recentes rodadas de captação de fundos internacionais de interessados em investir na região contribuem para o otimismo.

Na semana passada, o americano Carlyle informou a conclusão da rodada de captação de R\$ 1,6 bilhão.

Os recursos deverão ser aplicados no **Brasil** em até dois anos.

Atualmente, os recursos disponíveis em "private equity" e "venture capital" representam 2,3% do **PIB**, aquém da média mundial.

Segundo especialistas, isso acontece porque o setor ainda não se popularizou em todas as classes sociais.

Com o amadurecimento da indústria, a expectativa é que o **Brasil** alcance os 3,5% de participação média mundial entre três e cinco anos.

"A chegada de grandes fundos contribui para calibrar o grau de otimismo. Mas tudo vai depender da capacidade de consolidação dos setores que vão gerar demanda por capital de "private equity" e popularizar o conceito", afirma Furtado.

PROFISSIONALIZAÇÃO

Para René Fernandes, gerente de projetos do Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios da FGV-SP, o crescimento vultoso de recursos nos últimos anos tem se mostrado essencial para fomentar a criação de novas empresas no país.

Ao mesmo tempo, esses novos empresários já se mostram preocupados com aspectos de governança corporativa que têm atraído novos investidores e que contribuem para acelerar o ritmo de aportes.

Com 13 empresas no portfólio e R\$ 250 milhões em recursos comprometidos no país, a FIR Capital é uma dessas empresas.

"Houve evolução considerável de conhecimento e de incorporação de governança. Existe consciência maior da importância da governança, o que é bem-visto pelos investidores", diz Marcus Regueira, sócio do fundo.

No entanto, na avaliação de Regueira, outros fatores são fundamentais para o amadurecimento do setor no país, como outros tipos de oportunidade de saída para os fundos de investimento, como a possibilidade de abertura de capital.

| | | | |
|--|---|------------------------|--|
|  | VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO | EDITORIA | |
| | TÍTULO VINICIUS TORRES FREIRE | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

Alegria e farsa nos mercados

Dinheiro grosso festeja a hipótese de que a Grécia e os contribuintes europeus serão ainda mais esfolados É DIFÍCIL encontrar economista ou financista informado, inteligente, sensato e de boa-fé que acredite em outra saída para a Grécia que não seja um calote organizado, uma redução bem pensada da dívida do governo grego, que equivalente hoje a pouco mais de 150% do PIB.

O calote ainda provocaria dor na Grécia, mas seria uma solução, não a agonia de agora, que continuará.

Mas a gente ouvia e lia ontem, em TVs e em on-lines e assemelhados, que "os mercados estavam aliviados e as Bolsas subiam" devido à "esperança" de que o governo grego não fosse derreter ontem, ainda.

O governo dos socialistas poderia receber um "voto de confiança" para escrever um plano novo de arrocho e, assim, receber uns trocados que evitariam o calote desorganizado já agora em julho ou em agosto.

Note-se que os socialistas são apenas uns estatistas amigos do clientelismo; a oposição não é melhor.

Suponha-se que os manifestantes de rua não ponham fogo no governo ou que os socialistas não se queimem de outro modo. De onde veio tanta "esperança"? Ocorre apenas que o dinheiro grosso e seus agentes viram a perspectiva de voltar a fazer seus negócios de curtíssimo prazo. Se a Grécia não quebra agora, é "business as usual".

A Grécia continua no mesmo buraco. Daqui a pelo menos três anos o seu ainda **PIB** será menor do que o de agora (na perspectiva mais otimista). Sua dívida vai continuar a crescer (mesmo que o deficit do governo caia dos atuais 9%, 10%, ainda crescerá). Logo, o tamanho relativo da dívida terá crescido.

Se o país não consegue se financiar no mercado agora, dados os juros extorsivos, vai consegui-lo em 2014?

A economia grega dificilmente será mais "produtiva". No máximo, estará mais barata, algo mais "competitiva", pois

haverá duro arrocho de salários e grande desemprego: redução de renda e consumo.

O país sobrevive com dinheiro do FMI, de um fundo europeu de financiamento de países em pré-calote (EFSF) e, no dia a dia, na prática, de empréstimos indiretos do Banco Central Europeu.

A União Europeia (via EFSF) lança títulos de dívida que o mercado aceita de bom grado, pois garantida por Alemanha, França e cia. O dinheiro tapa temporariamente o rombo grego, que só aumenta (os 110 bilhões de maio passado não vão bastar, por isso a crise de agora). Em suma, dinheiro público, de impostos, garante o pagamento dos credores privados da Grécia.

De resto, esse dinheiro serve como seguro contra a degradação da dívida de outros países europeus. Se essa dívida perde valor, os bancos europeus, pouco capitalizados, vão ter problemas. Os objetivos da elite europeia e da banca parecem ser:

1) Evitar o calote, que degradaria a dívida de Portugal, Irlanda, Bélgica, Espanha e Itália, o que causaria problemas imediatos para a banca europeia e, talvez, até para fundos americanos que compram títulos de bancos europeus;

2) Evitar, assim, o descrédito (político e financeiro) do euro e do projeto europeu;

3) Empurrar a crise com a barriga até que os demais países ainda não tão quebrados da Europa reduzam suas dívidas a ponto de um calote grego ser menos danoso -essa é a aposta, quase lance de fé.

A crise pode desaparecer de vista, mas vai estar debaixo do tapete.

| | | | |
|--|---|------------------------|--|
|  | VEÍCULO VALOR ECONÔMICO | EDITORIA | |
| | TÍTULO CHINA E RÚSSIA SE APROXIMAM DOS PAÍSES RICOS NOS SUBSÍDIOS | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

Assis Moreira | De Paris

A China e a Rússia já estão dando a seus agricultores subsídios que se aproximam do nível dado pelos países desenvolvidos, comparado ao valor da produção. É o que mostra a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em relatório que será publicado em setembro e ao qual o Valor teve acesso.

Na China, o montante de apoio cresceu 40,1% em 2010, totalizando US\$ 147 bilhões. Mas as cifras escondem estruturas desiguais. Em países em desenvolvimento, destina-se sobretudo a programas de subsistência alimentar e modernização do setor. Em boa parte dos desenvolvidos, os subsídios acabam viabilizando um modelo de produção e exportação que distorce o comércio internacional.

A OCDE utiliza uma metodologia própria para medir a proteção ao setor agrícola. É a Estimativa de Apoio ao Produtor (PSE, ou Producer Support Estimate), um indicador do valor monetário bruto anual transferido por consumidores e contribuintes como apoio aos agricultores. É expresso também em porcentagem da receita bruta do produtor e ilustra a quantidade de apoio oferecida, independentemente da estrutura setorial do país.

Contabiliza desde o subsídio pago ao agricultor como o impacto de medidas governamentais, como preço mínimo e tarifas altas de importação que freiam a entrada do produto estrangeiro.

Em 2010, a ajuda aos agricultores nos países desenvolvidos da OCDE alcançou US\$ 227 bilhões medida pelo PSE. Isso representa 18% do valor total de sua produção agrícola. Em 2009, o apoio representava 22% e em 2008, 20%.

Na União Europeia, o volume representou 22%, somando US\$ 101,3 bilhões. Nos EUA, baixou para 9%, com US\$ 25,5 bilhões. O Japão é um dos campeões mundiais com 49%, de um total de US\$ 52 bilhões. Os subsídios batem recorde na Noruega (60% do valor total da produção agrícola) e Suíça (56%).

Já nos emergentes, o volume é geralmente bem menor, mas com variações. Na China, representa 17% da produção

agrícola, perto do nível médio da OCDE. Na Rússia, representou 22%, com US\$ 15,5 bilhões, superando os países ricos.

No Brasil, o volume de US\$ 7,1 bilhões representou apenas 5% do valor total da produção. Houve queda de 27,1% em 2010. O apoio na África do Sul declinou para menos de 5%, na Ucrânia está em 7%.

No encontro de ministros do G-20, que começa hoje em Paris, o impacto dos subsídios sobre a segurança alimentar nos países pobres está sendo cuidadosamente evitado por europeus e alguns asiáticos. "O fato é que antigos ricos estão dando menos apoio porque os preços das commodities estão altos, e os novos ricos dão mais apoio porque têm agora novos recursos para isso", diz um especialista agrícola em Genebra.

A OCDE admite que o endividamento nos países ricos, no rastro da pior crise financeira dos últimos tempos, "não conduziu a uma redução significativa ou aumento do gastos no setor agrícola". Ou seja, não há reorientação de política para reduzir os subsídios.

Os subsídios vinculados à produção, os que mais distorcem o comércio, representam 51% do total nos países desenvolvidos. O percentual é menor do que no período 1995-97, quando correspondiam a 70%, mas ainda é extremamente elevado.

Na UE, os produtores de carne bovina, ovina e de açúcar receberam entre 20% e 30% a mais do que os preços internacionais. A remuneração para os produtores de frango chega a ser 50% mais elevada. Os preços domésticos para cereais, oleaginosas, leite e suínos ficam perto da média internacional.

Nos EUA, os setores açucareiro e de lácteos continuam a receber enormes ajudas, perpetuando as distorções no setor. No Canadá, frango, lácteos e ovos estão na mesma situação. No Japão, os preços recebidos pelos agricultores são 1,82 vez maiores que os dos mercados mundiais. Já foram 2,65 vezes superiores entre 1986-88.

A agricultura da China é outra realidade. Emprega 38,1% da força de trabalho do país, mas sua contribuição para o PIB foi de apenas 10,3% em 2009. Isso indica baixa

produtividade do agricultor, equivalente a apenas 20% do nível do resto da economia. A renda per capita no campo é menos de um terço da registrada na zona urbana.

A agricultura chinesa é muito menos integrada aos **mercados** globais do que o resto da economia, com fatia de 2,4% das **exportações** totais e 4,7% das **importações**. A China se tornou grande **importadora** de produtos agrícolas recentemente, em parte pelo enorme aumento de compras do complexo soja. Sua estrutura agrícola é baseada em pequenas propriedades de até 0,6 hectare na média.

Na Rússia, a agricultura contribui com 5% do **PIB** e representa 8% do emprego. O país é um dos maiores **importadores** de carnes e açúcar e se tornou **exportador** de trigo. A estrutura mistura grandes operações comerciais com pequenas unidades familiares.

No Brasil, a constatação sem surpresa é do baixo nível de subvenção, "apesar de o país manter uma extensiva gama

de políticas de preço e de crédito". A ajuda é focada principalmente nos pequenos produtores. Enquanto os chineses gastam 40% de sua renda com alimentos, na média, os russos gastam 33%. Os consumidores nos países desenvolvidos gastam 22%, com o **Brasil** e Chile abaixo desse percentual, com preços próximos dos níveis internacionais.

O apoio total ao setor agrícola - combinando PSE e outras ajudas (pesquisa, infraestrutura, inspeção, marketing e promoção, além de subsídios para o consumidor) alcançou US\$ 374 bilhões na OCDE em 2008-2010, o equivalente a 0,9% do **PIB** de seus países-membros. No Brasil, o apoio total cresceu para 0,6% comparado a 0,2% em 1995-97, na China chegou a 2,3% e na Rússia, declinou de 2,6% para 1,6% do **PIB**.

| | | |
|--|--|------------------------|
|  | VEÍCULO VALOR ECONÔMICO | EDITORIA |
| | TÍTULO ‘BRASIL, A NOVA FAZENDA DO MUNDO’ | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL |

De Paris

"Brasil, a nova fazenda do mundo". Foi com essa machete de página do jornal francês "Le Monde" que os ministros de Agricultura dos principais países desenvolvidos e emergentes desembarcaram ontem, em Paris, para o primeiro "G-20 agrícola", com reuniões hoje e amanhã.

O influente periódico ilustrava a percepção de que "o **Brasil** será um dos pesos pesados do encontro", diante de sua "irresistível ascensão". Já líder no **comércio** de açúcar, café, suco de laranja e carnes, o Brasil, estima-se, poderá assumir a liderança do setor "nos próximos dez anos".

Os protagonistas agrícolas chegam à reunião do G-20 divididos sobre como responder às fortes altas dos preços dos alimentos. O comunicado final, como sempre acontece nesse tipo de reunião, deverá deixar de lado as polêmicas. A começar por controle de preços, sem chance de ser aceita por países **exportadores**.

Tampouco se espera que o G-20 decida pela eliminação de subsídios na **produção** de biocombustíveis ou no **comércio** mundial. O **Brasil** não subsidia o etanol, mas EUA e Canadá, sim - apesar da recente decisão do Senado americano de retirar o apoio, medida que ainda terá de passar por outras aprovações. Para o Brasil, não tem sentido a alegação de algumas organizações multilaterais de que é impossível elevar a **produção** de biocombustíveis e alimentos ao mesmo tempo. O país acredita estar provando o contrário.

Também não há possibilidade de ir adiante a ideia de proibir os países de aplicarem impostos às **exportações**, ou mesmo de restringi-los. O texto final trará um acordo apenas sobre a proibição nas **exportações** "não comerciais ou humanitárias".

Os assessores dos ministros vão começar a negociação final do plano de ação contra a volatilidade dos preços dos alimentos nesta quarta-feira às 8 horas da manhã, e podem se estender até a noite. Os franceses apontam divergências sobre a entrega de dados de estoques por parte de China e Índia, resistência dos britânicos e australianos sobre a

regulamentação dos **mercados** futuros e desencontros sobre a restrição das **exportações** de alimentos.

Os custos das matérias-primas são o vilão no curto prazo. Mas o **Brasil** tem insistido que a questão é mais ampla e envolve desde o efeito perverso dos subsídios dos países desenvolvidos, que derrubam os preços e quebram a **produção** nos países pobres, até a baixa produtividade dessas nações por força de programas de ajuste impostos de fora.

Para se ter uma ideia dos desafios, o rascunho do comunicado dos ministros destacará que, para alimentar uma população mundial de 9,1 bilhões de pessoas em 2050, a **produção** agrícola precisará crescer 70% no período - quase 100% nos países em **desenvolvimento**. Isso requer um conjunto de medidas para elevar a **produção**, a produtividade e a eficiência dos recursos. E o **Brasil** é central.

Beneficiado pelos altos preços das commodities agrícolas e com candidato à direção geral da FAO, o braço de agricultura e alimentação da ONU, o **Brasil** sinaliza com planos de ampliar a cooperação agrícola em países africanos. A ideia é desenvolver projetos que garantam uma cesta de alimentos básicos, ao invés de se concentrar em **produção** destinada à **exportação**.

"Queremos ampliar a cobertura temática e geográfica da cooperação e ajudar a desenvolver e a diversificar a **produção** africana, aproveitando nossa experiência em áreas como o Cerrado", disse o embaixador brasileiro na Organização Mundial do **Comércio** (OMC), Roberto Azevedo. O representante brasileiro diz que isso ocorre no rastro do êxito da cooperação na melhora da **produção** de algodão com os quatro grandes produtores africanos - Mali, Benin, Chade e Burkina Faso.

Na sexta-feira, em Roma, nada menos do que cinco ministros brasileiros deverão participar de seminário organizado pelo Itamaraty destinado a países africanos e do Caribe, as vésperas da eleição para a direção-geral da FAO. Os países africanos serão decisivos na eleição. A expectativa é que o candidato brasileiro José Graziano da Silva tenha apoio também na África. (AM)

| | | | |
|--|--|-------------------------|------------------------|
|  | VEÍCULO VALOR ECONÔMICO | EDITORIA | |
| | TÍTULO DESEMBOLSO TOTAL DO <u>BNDES</u> RECUA, MAS CRESCE PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS | | |
| | ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL |

Vera Saavedra Durão | Do Rio

O **BNDES** teve leve desaceleração no desempenho operacional nos primeiros quatro meses do ano. Os desembolsos de janeiro a abril somaram R\$ 33,9 bilhões, registrando uma queda de 5% ante o primeiro quadrimestre de 2010. Em abril, isoladamente, os recursos liberados totalizaram R\$ 9 bilhões, recuo de 14% na comparação com o mesmo mês do ano passado. As consultas, que sinalizam intenção de investimento futuro, atingiram R\$ 52 bilhões, 10% a menos que de janeiro a abril de 2010.

Os números divulgados ontem não assustaram Gabriel Visconti, chefe do Departamento de Orçamento da área de Planejamento e Cláudio Leal, **Superintendente** da área de Planejamento do banco que respondem pelas contas de desempenho operacional da instituição. Eles desenham um cenário de maior contenção para o banco em 2011. "Trabalhamos para manter um orçamento semelhante ao desembolsado no ano passado, na faixa de R\$ 145 bilhões. Qualquer coisa em torno disso, para mais ou para menos, será entendida como zero a zero. A queda de 5% nos desembolsos do quadrimestre, por exemplo, é mais ou menos isso, um zero a zero", diz Leal.

A economia vai crescer menos em 2011, mas a missão do **BNDES** continuará sendo a de empurrar o investimento. Para fazer esta mágica, o **BNDES** espera contar com a ajuda do **mercado** financeiro privado para tirar dos ombros a missão de ser o financiador exclusivo do investimento de longo prazo, alertam os técnicos. Eles esperam que as medidas tomadas em 2010, como a desoneração tributária incentivando a emissão de papéis de longo prazo (debêntures, entre outros) vinculados a projetos de infraestrutura cumpram

o objetivo de atrair as instituições financeiras privadas para financiar projetos de longo prazo.

Claudio Leal reconhece que essas ideias de estímulo ao setor financeiro ainda estão amadurecendo. A expectativa do **BNDES** é que elas surtam efeito este ano combinadas com três mudanças introduzidas internamente pela direção do banco para operar com o mesmo orçamento de 2010.

Para garantir um desembolso "zero a zero", o **BNDES** renovou o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) a custos mais elevados a partir de abril, e reduziu o nível médio de participação de recursos da instituição nas linhas de financiamento. "Agora não temos mais participação de 100% em nenhuma linha de crédito, nem mesmo em inovação", diz Leal.

Uma terceira alteração, já em curso, é contar com ajuda menor do Tesouro em 2011. "Algo na faixa de R\$ 55 bilhões em títulos, conforme determina a Medida Provisória 156, aprovada na Câmara", informou Visconti.

"Fizemos estas reduções e estamos esperando a parceria do **mercado**. Em síntese, este é o recado do **BNDES** em 2011", afirmou Leal. Ele considera exitoso o resultado do primeiro quadrimestre do ano, pois houve um aumento surpreendente de participação das micro, pequenas e médias empresas no desembolso do banco, por conta em grande parte da venda de máquinas e equipamentos através do PSI e do Cartão **BNDES**. "Dos R\$ 33 bilhões, 45% foram para este segmento. Historicamente este percentual ficava entre 22% e 23% e no ano passado ficou em 28%"

| | | | |
|--|---|-------------------------|------------------------|
|  | VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE | EDITORIA | |
| | TÍTULO CENTRO-OESTE QUER EVITAR PERDA DE ICMS | | |
| | ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL |

Governadores da região unificam as principais reivindicações que serão levadas à presidente Dilma Rousseff

Diego Amorim

Os governadores do Centro-Oeste padronizaram o discurso com os interesses das quatro unidades da Federação em relação à proposta de reforma tributária. Reunidos durante quatro horas na tarde de ontem, em Campo Grande, os políticos elaboraram uma carta com a pauta de reivindicações que será apresentada pessoalmente à presidente Dilma Rousseff, em data ainda a ser confirmada.

Com a presença dos secretários de Fazenda, os governadores decidiram cobrar maior clareza do governo federal sobre o ressarcimento dos estados prejudicados com a nova repartição do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)**, termômetro de qualquer economia local. Ninguém quer sair perdendo com a consolidação de um novo cenário tributário.

Outro destaque na lista de pedidos é a tentativa de livrar os empresários de qualquer ônus provocado pela recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que decretou inconstitucionais benefícios fiscais concedidos no DF e em outros estados para atrair empresas para os seus respectivos territórios. O governador Agnelo Queiroz (PT) defendeu, mais uma vez, que as empresas não tenham de devolver o valor referente aos descontos obtidos com os incentivos.

Ao fim do encontro, Agnelo afirmou que a chamada guerra fiscal se esgotou e, por isso, a união dos governadores é ainda mais **importante** para a conquista dos objetivos traçados. "Somos poucos (veja quadro), mas representamos a região que mais cresce no país, a segunda maior em extensão. Temos que atuar de maneira articulada e unida", destacou o governador.

As unidades da Federação do Centro-Oeste querem o apoio da União para facilitar o pagamento de dívidas.

O ponto mais **importante** nesse sentido é a mudança no limite do serviço da dívida para 9% da receita corrente líquida dos estados. Atualmente, a média é de 13%. "Entendemos que a mudança provocaria um efeito imediato,

aumentando a capacidade de pagamento", afirmou ao Correio, logo após a reunião, o secretário de Fazenda do DF, Valdir Moysés Simão.

Indexador

Os governadores pleiteiam também mudança no indexador da dívida: do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), medido mensalmente pela Fundação Getulio Vargas (FGV), para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o indicador oficial calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A alteração implicaria redução da taxa de juros. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, já se manifestou favoravelmente à mudança, mas defendeu a taxa Selic como novo parâmetro.

Sobre o mesmo assunto, o Centro-Oeste sustenta a necessidade de revisão na metodologia de cálculo da capacidade de pagamento da dívida. "Atualmente, o método é muito rigoroso. O DF, por exemplo, não tem capacidade de pagamento, segundo a avaliação atual", comentou Simão. Na edição de ontem, o Correio informou que o GDF possui R\$ 2,230 bilhões em caixa, como disponibilidade financeira.

Destaca-se ainda na pauta de reivindicações o pedido para que a arrecadação de **ICMS** no caso do **comércio eletrônico** seja repartida. Atualmente, o tributo fica somente com o estado de origem. Os governadores desejam também que o quórum para deliberações no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) seja de três quintos dos secretários de Fazenda, e não mais a unanimidade.

O secretário Valdir Simão informou que no próximo dia 5 os secretários de **Desenvolvimento** Econômico do Centro-Oeste se reunirão para estruturar o plano de **desenvolvimento** da região que deve ser apresentado junto com a carta relacionada à reforma tributária. Os governadores lembraram ontem a importância de fortalecer a **Superintendência** de **Desenvolvimento** do Centro-Oeste (Sudeco).

Esperança de apoio

O Distrito Federal já ingressou como uma arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) na Suprema

Corte com esse pedido. A expectativa, segundo o secretário de Fazenda, Valdir Simão, é que os estados do Centro-Oeste participem do processo como parte interessada ou mesmo entrem com ações próprias.

Copa do Mundo

Durante o encontro com os demais governadores do Centro-Oeste, Agnelo Queiroz pediu apoio político para que a abertura da Copa do Mundo de 2014 seja realizada em Brasília. "Caso isso ocorra, será uma vitória para todo Centro-Oeste, um avanço que alavancará a economia e estimulará o turismo da região", argumentou. Segundo os participantes da reunião, a proposta foi bem aceita.

Mais uma promessa

O governador Agnelo Queiroz assumiu ontem mais um compromisso: no prazo de 60 dias concluirá mais uma Vila Olímpica no Distrito Federal. A obra será em Taguatinga e custará R\$ 2,3 milhões. Além de piscina semiolímpica e vestiários novos, a unidade terá um ginásio coberto. Este será o quinto complexo esportivo finalizado durante a gestão do petista Agnelo Queiroz. Na região administrativa, estão previstas outras 50 obras públicas, entre elas a cobertura de 30 quadras esportivas em escolas da rede na área. O investimento total na cidade está estimado em R\$ 17,2 milhões, sendo R\$ 12,2 milhões, da Secretaria de Obras e R\$ 5 milhões, da Administração **Regional**. A iniciativa faz parte de um pacote de 300 obras anunciadas pelo Executivo semana passada. Taguatinga, Ceilândia, Brasília e Gama já receberam os cronogramas de obras.

A próxima cidade será Planaltina.

Bancada **regional**

Na Câmara

Mato Grosso (24), Goiás (17), Mato Grosso do Sul (8) e Distrito Federal (8): 57 de um universo de 513 (11%)

No Senado

12 em um universo de 81 (14%)

As propostas » Maior clareza por parte do **Governo Federal** sobre como os estados prejudicados com a nova fórmula de arrecadação do **ICMS** serão ressarcidos » Apoio da União para que os empresários não precisem desembolsar nada diante da decisão do STF de decretar inconstitucionais benefícios fiscais vigentes » Análise cuidadosa do plano de **desenvolvimento** da região e fortalecimento da Sudeco » Mudança no limite do serviço da dívida para 9% da receita corrente líquida dos estados, que hoje tem uma média de 13% » Mudança no indexador da dívida: do IGP-DI para o IPCA » Revisão na metodologia do cálculo da capacidade de pagamento da dívida: a atual é considerada muito rigorosa » Repartição da arrecadação com **ICMS** no caso do **comércio** eletrônico. Atualmente, somente o estado de origem ganha » Fim da exigência de unanimidade no quórum do Confaz para três quintos dos secretários.

| | | | |
|--|---|----------------------------|--|
|  | VEÍCULO AMAZONAS NOTÍCIAS | EDITORIA COLUNAS | |
| | TÍTULO Amazonas registra terceira maior alta do emprego na história | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

No mês passado, o saldo de vagas, que é a diferença entre admissões e demissões no período, ficou em 2.994 empregos, o que equivale a uma expansão de 0,73%.

Manaus - Impulsionada pelos setores industrial e construção civil, a geração de empregos em maio deste ano no **Amazonas** foi a terceira maior da série histórica, medida desde 2003, do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) para o mês, segundo o relatório divulgado ontem pelo **Ministério** do Trabalho e Emprego (MTE).

No mês passado, o saldo de vagas, que é a diferença entre admissões e demissões no período, ficou em 2.994 empregos, o que equivale a uma expansão de 0,73% em relação ao indicador verificado em abril.

No acumulado dos primeiros cinco meses deste ano, a geração de empregos já acumula um crescimento de 5,84%, na comparação com o mesmo período do ano passado, e conta com um saldo de 23.002 vagas. Já na comparação com os últimos 12 meses, este crescimento foi ainda maior, de 10,6% frente ao mesmo período de 2009/2010.

Os empregos gerados na indústria no mês passado corresponderam a 85,7% de todas as vagas criadas no período. Ao todo, o setor foi responsável pela criação de 2.566 empregos. A construção civil vem logo em seguida, com saldo de 461 vagas.

Os piores resultados para o mês foram registrados no setor de **comércio**, que alcançou um saldo negativo de 35 vagas, e no setor de Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup), que encerrou maio com resultado negativo de 28 empregos.

Interior

Entre os municípios do **Amazonas** com mais de 30 mil habitantes que participam do levantamento do Caged, o melhor resultado foi apurado em Manacapuru, que registrou crescimento de 3,01% na geração de empregos, na comparação com maio de 2010, alcançando saldo de 84 empregos criados.

Em seguida veio Parintins, com crescimento de 2,93% e saldo de 67 vagas, e Itacoatiara, com crescimento de 0,6% e saldo e 47 novos empregos.

Os piores resultados de maio foram observados no município de Humaitá, que alcançou resultado negativo de 14 postos de trabalho, e Maués, com saldo negativo de 5 vagas.

No País, segundo os dados do Caged, foram gerados 252.067 empregos no mês passado. O resultado significou aumento de 0,69% no estoque de trabalhadores com carteira assinada em relação a abril.

Fieam projeta recordes na indústria local

De acordo com o presidente da Federação das Indústrias do Estado do **Amazonas (Fieam)**, Antonio Silva, o crescimento na geração de empregos em maio está em alinhamento com a projeção feita pela **Fieam** e pela **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)** para o setor neste ano.

Segundo o empresário, em 2011 a indústria incentivada de **Manaus** deve bater os recordes de faturamento e de criação de empregos. A estimativa é de que, até o final do ano, o faturamento alcance um crescimento de 14% e que haja uma expansão de 8% a 10% na criação de postos de trabalho.

Nos primeiros cinco meses deste ano, o setor foi responsável pela criação de 11.046 empregos.

Silva também confirma a estimativa para o Polo de Duas Rodas, cujo crescimento esperado na **produção** é 10% em relação ao que foi verificado no ano passado. O segmento, um dos principais do polo industrial local, teve o terceiro melhor resultado de maio, com saldo de 400 vagas, atrás apenas da indústria mecânica, que abriu 460 vagas, e da indústria de eletroeletrônicos, que criou 1.117 empregos com carteira de trabalho assinada.

| | | | |
|--|--|------------------------|--|
|  | VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA | EDITORIA | |
| | TÍTULO Deputado federal diz que falta ambiente competitivo na <u>ZFM</u> | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

Da base aliada, deputado Praciano afirma que não houve desenvolvimento de competências na Zona Franca de Manaus (ZFM)

Deputado Francisco Praciano afirma que falta competência a gestores (Marcelo Cadilhe)

O deputado federal Francisco Praciano (PT-AM) disse que o problema da Zona Franca de Manaus (ZFM) não é a falta de representatividade política da bancada amazonense, ou a ausência de um caráter de oposição da mesma em relação ao Governo Federal, mas sim, a incompetência dos gestores dos últimos 44 anos, que não conseguiram criar um ambiente de negócio competitivo para a ZFM, no que se refere à infraestrutura, logística e potencialidades da região.

“Depois de quatro décadas não temos investimentos em pesquisa de ponta, não temos mão-de-obra qualificada e não desenvolvemos nossas potencialidades econômicas, ficando a mercê de um modelo econômico, que hoje, se encontra defasado. Trata-se então de uma questão administrativa e não somente política”, rebateu.

Praciano confirmou a afirmação do senador Demóstenes Torres (DEM-GO) de que há uma mobilização no Congresso Nacional que visa a fabricação de televisores em outras cidades brasileiras, mas isso “ainda se encontra no campo das fofocas de bastidores”, ressaltou.

“Quando a China cismar de que quer produzir televisores no Brasil e fora da ZFM, quem o Governo vai preferir? O Amazonas, ou a China? Temos que ter a consciência de que o modelo, para o mundo de hoje, está enfraquecido. No que tiver que lutar pela ZFM, assim o farei, mas estou ciente das ameaças que sofremos”, disse.

O deputado petista, enxerga na MP 534 “uma oportunidade” de recuperar coisas do passado.

“Os tablets não são novidade e não fazem parte dos produtos que são fabricados na ZFM e, portanto, não considero que haja perda com sua implantação. Além disso, é possível que Manaus se beneficie com a produção dos

componentes que utilizam para a fabricação dos tablets”, disse.

Praciano afirmou ser essencial que os governantes enxerguem alternativas par ao modelo ZFM.

A Zona Franca de Manaus (ZFM) foi idealizada pelo deputado federal Francisco Pereira da Silva e criada pela Lei Nº 3.173 de 06 de junho de 1957, como Porto Livre.

Dez anos depois, o Governo Federal, por meio do Decreto-Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, ampliou essa legislação e reformulou o modelo, estabelecendo incentivos fiscais por 30 anos para implantação de um polo industrial, comercial e agropecuário na Amazônia.

Foi instituído o atual modelo que engloba uma área física de 10 mil km², tendo como centro a cidade de Manaus e está assentado em Incentivos Fiscais e Extrafiscais.

Em 1967, por meio do Decreto-Lei nº 291 , o Governo Federal define a Amazônia Ocidental abrangendo os Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

A medida visava promover a ocupação da região e elevar o nível de segurança para manutenção da sua integridade. Um ano depois, em 15 de agosto de 1968, por meio do Decreto-Lei Nº 356/68, o Governo Federal estendeu parte dos benefícios do modelo ZFM a toda a Amazônia Ocidental.

A partir de 1989, a Suframa que administra o modelo, passou a abrigar em sua área de jurisdição sete Áreas de Livre Comércio (ALCs), criadas com objetivo promover o desenvolvimento de municípios que são fronteiras internacionais na Amazônia.

A edição da Lei 8.387 de 30 de dezembro de 1991, estabeleceu profundas mudanças no modelo ZFM que foi obrigado à adaptar-se à nova política industrial do País, com várias perdas. Possui 450 indústrias e gera 500 mil empregos diretos e indiretos, de acordo com a Suframa.